

dossiê raça, gênero e sexualidade: direitos e lutas sociais

A luta e resistências de mulheres negras militantes do Movimento Negro Unificado

The struggle and resistance of black women militants of the Unified Black Movement

Natasha Karenina de Sousa Rego¹

¹ Universidade Estadual do Piauí, Programa de Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí, Teresina, Piauí, Brasil. E-mail: nkaresr@frn.uespi.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3273-3562>.

Aline Pereira da Costa²

² Universidade Estadual do Piauí, Núcleo de Pesquisa em História, Territorialidade e Movimentos Sociais. Floriano, Piauí, Brasil. E-mail: alpe.costa@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8677-2172>.

Cristiana dos Santos Luiz³

³ Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Política Social, Brasília, Distrito Federal, Brasil. E-mail: crissluiz@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5139-9558>.

Elaine Ferreira do Nascimento⁴

⁴ Universidade Federal do Piauí, Teresina, Piauí, Brasil. E-mail: negraelaine@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1632-9148>.

Submetido em 17/06/2021. Aceito em 26/07/2021.

insurgência

InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais, v. 7, n. 2, 2021
ISSN 2447-6684



Este trabalho está licenciado sob uma Licença Creative Commons 4.0.
Este trabajo es licenciada bajo una Licencia Creative Commons 4.0.
This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0.

A luta e resistências de mulheres negras militantes do Movimento Negro Unificado

Resumo: O presente artigo é o resultado de uma pesquisa acadêmica, composta por revisão bibliográfica e entrevistas semiestruturadas, e resultado das vivências das pesquisadoras enquanto mulheres negras militantes de movimentos negros. O objetivo do trabalho é evidenciar a atuação política de mulheres negras no Brasil, com especial destaque àquelas que vêm atuando no Movimento Negro Unificado nas últimas décadas, resistiram aos processos de discriminação e exclusão sócio-racial e de gênero, dentro e fora dos espaços de luta. Esta pesquisa foi realizada com militantes do movimento negro brasileiro filiadas ao MNU da seção Rio de Janeiro por outras militantes do movimento negro.

Palavras-chave: Movimento Negro Unificado (MNU); movimentos negros; mulheres negras; discriminação racial; gênero.

Abstract: This article is the result of an academic research, consisting of a bibliographic review and semi-structured interviews, and the result of the researchers' experiences as black women militants of the black movements. The objective of the work is to highlight the political performance of black women in Brazil, with special emphasis on those who have been working in the Unified Black Movement in recent decades, who have resisted the processes of socio-racial and gender discrimination and exclusion, inside and outside the spaces of social struggle. This research was carried out with Brazilian black movement activists affiliated with the MNU in the Rio de Janeiro section by other black movement activists.

Keywords: Movimento Negro Unificado (MNU); black movements; black women; racial discrimination; gender.

1 Introdução

No ano de 2021, comemoram-se 43 anos do Movimento Negro Unificado (MNU), uma organização política mista e classista, composta por homens e mulheres negras, posicionado no campo da esquerda. Ao longo desses anos de luta, o Brasil avançou no processo de elaboração e implementação de políticas públicas transversais ao debate da pauta racial e de gênero.

A criação do MNU, em 1978, se apresentou como resposta de homens e mulheres negros e negras às políticas genocidas do Estado brasileiro (NASCIMENTO, 2017)

durante a ditadura-civil militar em capitais urbanizadas e industrializadas como São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e Recife (ALBERTI; PEREIRA, 2005).

A discriminação racial sofrida por quatro garotos no time de voleibol infantil no Clube de Regatas Tietê e o assassinato, sob tortura, de Robson Silveira da Silva, na 44ª Delegacia de Polícia de Guaianazes, motivou a reunião de várias entidades em 18 de junho de 1978, na sede do CECA – Centro de Cultura e Arte Negra, na rua Maria José, bairro do Bexiga - São Paulo, gerando a fundação do MNUCDR (MNU, 2018). O lançamento público do movimento aconteceu no dia 7 de julho do mesmo ano, num ato que saiu do Viaduto do Chá e se concentrou nas escadarias do Teatro Municipal, onde foi realizada a leitura da Carta Manifesto:

Nesse contexto, o Movimento Negro Unificado - MNU se constitui, a partir do fim da década de 1970 e início dos anos 1980, como uma das principais entidades do movimento negro contemporâneo, apresentando-se como um divisor de águas na luta antirracista no Brasil. O MNU se configura, nesse cenário, como referência e um importante interlocutor do povo negro, ocupando assento em Conselhos Nacionais, pautando demandas que visam à garantia de direitos para esta população, sempre seguindo as bandeiras levantadas em sua Carta de Princípio e no Plano de Lutas, documentos que orientam as intervenções dos militantes filiados à entidade.

É necessário também destacar que, há mais de quarenta anos, as militantes do MNU pautam a questão da mulher negra no contexto brasileiro como um elemento central na luta antirracista (GONZALEZ, 2018), levantando a necessidade de priorização desse tema, o qual não era tratado como consenso dentro dos movimentos negros e tampouco dentro das frentes feministas. Esse fato, diversas vezes, suscitou acusações sobre a institucionalização e reprodução do machismo impingido contra as mulheres negras no interior da entidade. Esse conflito interno deu ao movimento uma importância singular ao debate racial e à discussão de gênero.

Por isso, antes de tudo, o objetivo do trabalho é evidenciar a militância de mulheres negras no Brasil, com especial destaque àquelas que vêm atuando no Movimento Negro Unificado nas últimas décadas, resistiram aos processos de discriminação e exclusão sócio-racial e de gênero, dentro e fora dos espaços de luta. Acreditamos que estudar a resistência negra feminina contra a escravidão e a

participação política dessas mulheres, cerca de cem anos depois, no processo de formulação de políticas públicas significa dar voz a essas sujeitas - que, muitas vezes, são invisibilizadas nos processos político e social e, principalmente, alijadas dos registros históricos -, para que sejam beneficiadas por essas políticas.

Para tanto, a pesquisa adotou uma revisão bibliográfica, cuja principal finalidade é “desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores” (GIL, 1999, p.27). Este levantamento bibliográfico residiu na possibilidade de vislumbrar, de modo geral, a formação social dos movimentos negros no Brasil.

É importante registrar também, que esta pesquisa foi realizada com militantes do movimento negro brasileiro filiadas ao MNU da seção Rio de Janeiro por outras militantes do movimento negro, fato que facilmente nos levaria à condição de confusão entre o papel de sujeitas da pesquisa e pesquisadoras. O continuum entre “participação e observação” (MONICO et al, 2017, p.726) foi importante para a atribuição de significados das vivências, maior familiaridade com as sujeitas de pesquisa e construção de crítica a partir da empiria, tanto das entrevistadas quanto das pesquisadoras que acumulam trajetórias específicas de militância como filiadas ao MNU.

O MNU, como o movimento negro e religiões de matrizes africanas, referencia-se nas “mais velhos/velhas” enquanto griots¹, cuja capacidade de contar histórias do que se aprendeu e do que se viveu é uma forma de manutenção da memória e da identidade negras. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com duas mulheres negras, com mais de 60 anos, militantes do MNU do estado do Rio de Janeiro, há cerca de quinze anos. Ambas são aposentadas, evangélicas, filiadas a partidos políticos e

¹ De acordo com Pereira (2019): “Contadores de histórias, mensageiros oficiais, guardiões de tradições milenares: todos esses termos caracterizam o papel dos Griots, que, na África Antiga, eram responsáveis por firmar transações comerciais entre os impérios e comunidades e passar aos jovens ensinamentos culturais, sendo hoje em dia a prova viva da força da tradição oral entre os povos africanos”. In site: <https://www.xapuri.info/home/griots-os-contadores-de-historias-da-africa-antiga/> acessado em maio de 2021.

vivem morros, sendo locais geograficamente centrais e periféricos, do ponto de vista político e de inclusão social, de seus municípios no Rio de Janeiro.

No trabalho foram utilizados os nomes verdadeiros das entrevistadas, com a devida autorização das mesmas, por entendermos que este trabalho é um instrumento de representatividade e reconhecimento das suas trajetórias, indo na contramão do apagamento histórico que tanto percorre a trajetória de mulheres negras, principalmente nos espaços políticos. As duas são figuras públicas do movimento negro² e social e de outras entidades que constroem. Suas trajetórias podem ser, inclusive, encontradas em portais locais de notícia. Foram escolhidas por serem mulheres negras mais velhas, residentes em áreas urbanas, com trajetórias de militância de base, que participam de espaços institucionais da sociedade civil.

Por fim, destacamos que as entrevistadas e a entrevistadoras são mulheres negras, de faixa etária distintas, que constroem o mesmo movimento negro e contam, por meio da pesquisa, experiências de resistência negra. A interseccionalidade (CRENSHAW³, 2002), que permite a leitura e análise de como os entrecruzamentos de estruturas de poder (racismo e sexismo) operam nas vivências e resistências das mulheres negras, como podemos ver:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. (CRENSHAW, 2002, p. 177)

² Ao falarmos de movimento negro, é importante termos em mente que este é extremamente diversificado, sendo composto por diversos coletivos, entidades que possuem estratégias de lutas e intervenções diferenciadas.

³ Crenshaw popularizou a teoria da interseccionalidade à teoria feminista em 1989, tornando-se a primeira pessoa a usar essa palavra nesse contexto de feminismo. Nasceu em 1959 em Canton e frequentou a faculdade em Cornell, onde seus diplomas incluíram foco em estudos de negros, e se formou na Harvard Law School, em 1984. Em 1986, tornou-se professora na Faculdade de Direito da Universidade da Califórnia, em Los Angeles (UCLA), onde permaneceu até o presente, embora também tenha assumido compromissos adicionais na Columbia Law School. Ela é uma defensora dos direitos civis norte-americano e uma das principais estudiosas da teoria crítica da raça. Além de suas produções acadêmicas, Crenshaw também contribuiu para o desenvolvimento de políticas nos Estados Unidos e no exterior.

Nessa perspectiva é importante compreender a junção das dimensões raça e gênero e outros entrecruzamentos que estruturam e condicionam a vida das mulheres negras, determinando socialmente o lugar a ser ocupado por elas na sociedade. Percebe-se que o racismo não se esgota no preconceito contra sujeitos e sujeitas e sim em sua subjugação epistemológica e dominação de seus corpos, expressa em mecanismos que sujeitam os indivíduos racializados à morte em vida (MBEMBE, 2016).

Os povos africanos escravizados mantidos sob constante terror colonial, nas senzalas e prisões, a partir de uma política de morte que Mbembe (2016) chamou de necropolítica⁴: o poder de ditar quem deve viver e quem deve morrer, de determinação sobre a vida e a morte ao retirar o status político dos sujeitos, que são diminuídos ao biológico e desumanizados. O autor enxerga racionalidade neste extermínio na utilização de técnicas e desenvolvimento de aparatos planejados para a execução dessa política de desaparecimento e de morte.

Assim, na necropolítica, a sobreposição do racismo e do sexismo desloca a mulher negra para o nível mais vulnerável da opressão (GONZALEZ, 1982). As mulheres negras que residem nas cidades de matriz colonial vivem e resistem a/em necropolítica, que as submete a condições precárias de existência, colocando-as em situação de maior vulnerabilidade, pois como aponta Souza (2013):

Os baixos índices socioeconômicos que retratam as condições da maioria da população negra, desde o período pós-abolição, é um fenômeno social que atesta o grau de exploração e exclusão reinante na sociedade brasileira. Sejam nos relatos históricos ou nos mais diversos levantamentos, constata o quanto a população negra vem sofrendo em termos de escolaridade, mortalidade infantil, violência urbana, local de moradia, saneamento básico, mercado de trabalho, concentração de renda e outros aspectos reveladores da cidadania de um povo. (SOUZA, 2013, p.6)

É resistindo a esses desafios que se põe Lenyr Claudino de Souza (mais conhecida como Leninha) uma das entrevistadas. Nascida e criada em Duque de Caxias - RJ, ainda residente do município como moradora da Vila Operária; é aposentada,

⁴ Na Necropolítica, segundo Mbembe (2016), o Estado, que exerce o poder de regular a vida em sociedade, definindo quem pode viver e quem pode morrer, na perspectiva racial, passa a atuar diretamente no exercício de fazer morrer, indicando quem ou quais grupos devem ser exterminados, através de políticas que promovem a morte.

profissional da saúde, evangélica, militante de bairro e sindical, tendo atuado no Sindicato dos Trabalhadores em Saúde do Trabalho e Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro. Atualmente, representa o MNU no Fórum Municipal de Mulheres Negras em Caxias e é Diretora de Comunicação do MNU Nacional. Foi eleita no último congresso nacional da entidade, em 2017. Tinha 64 anos no momento da entrevista e se filiou ao MNU em 1996.

A segunda entrevistada é Lourdes da Silva Petronilho, mulher negra, nascida e criada em Petrópolis - RJ, residente ainda do município, moradora da vila São José, evangélica e militante do bairro. Ela também tinha 64 anos no momento da entrevista e se filiou entre 2004 e 2005, mediante convite de Leninha. Atua no Conselho Municipal de Cultura de Petrópolis como representante da sociedade civil, a partir do MNU, das Culturas Afro-Brasileiras, Indígenas e Populares (PETRÓPOLIS, 2019).

A militância do bairro de Lourdes Petronilho inclusive disputou a urbanização no território, com reivindicações comunitárias que resultaram na construção de um pequeno conjunto habitacional para receber moradores de áreas de risco (DIÁRIO DE PETRÓPOLIS, 2011). Durante a entrevista, Lourdes revelou, com modéstia, que o conjunto havia sido batizado com seu nome em memória das reivindicações e conquistas.

O Estatuto, aprovado no XV Congresso Nacional Ordinário Lauro de Freitas - BA, em 2006, aponta que “toda e qualquer pessoa que esteja envolvida na luta contra o racismo e suas manifestações discriminatórias e preconceituosas” (art 7º) pode ser membro do Movimento, desde que esteja de acordo e assuma os pontos presentes nos documentos básicos: comprometa-se a cumprir as decisões coletivas da entidade e assine a ficha de filiação. Assim, o ato de filiação é um marco importante para a militância do MNU.

Concordância com os pontos programáticos e compromisso com o caráter coletivo das decisões são parâmetros ético-políticos de construção da entidade aliada à materialização do interesse com a assinatura. Este foi um marco temporal importante para situar a militância das mulheres entrevistadas do movimento negro e observar suas práticas a partir da intersecção geracional.

As perguntas realizadas foram: Quando e como você conheceu o MNU? Para quantos atos você foi e quais deles mais te marcaram? Quais eram as reivindicações do MNU quando você entrou? Atualmente, quais são as pautas do MNU para as mulheres negras? Qual a relação do feminismo com o Movimento Negro Unificado para você? O que sente falta hoje no MNU, em relação à organização, à pauta e ao espaço?

A segunda entrevistada contestou a concepção de feminismo, ao responder à pergunta “Qual a relação do feminismo com o Movimento Negro Unificado para você?”. Para ela, o feminismo negro brasileiro e o norte-americano são referenciais teórico-metodológicos do trabalho. Muitas mulheres negras, indígenas, brancas pobres não conhecem o termo feminismo que - em que pese sua popularização política e acadêmica e cooptação pelo mercado - ainda não está no vocabulário popular. Isso não significa que estas mulheres não possam adquirir consciência sobre mecanismos patriarcais, raciais e sexuais de poder e que não formulem resistência.

Caracterizamos, na ocasião, os feminismos como lutas por igualdade entre homens e mulheres. “O MNU é um movimento que tem a pauta racial como centro, e também o direito das mulheres. (...) enfim, por isso que ficamos perguntando qual a relação do feminismo, dessas reivindicações das mulheres com a pauta racial, o MNU?”. Quando disse, ela respondeu: “Então, a questão do feminismo de direitos...a pergunta que vocês estão fazendo. (...)”. Não esperávamos que a resposta seria a partir de “direitos”.

O foco era entender os processos de organização das agendas feministas a partir do MNU, não necessariamente falar de direito ou de relações institucionais, como acabamos ouvindo. Uma das autoras deste texto conheceu esta entrevistada no Encontro Nacional de Mulheres do MNU, em Salvador, quando foi convidada a fazer uma fala para todas as mulheres presentes - marisqueiras, quilombolas, rurais, urbanas, universitárias, sindicais, jovens, mulheres entre 18 e 88 anos, acadêmicas e outras - sobre a interseccionalidade das opressões que as mulheres sofremos e se utilizou do feminismo negro como teoria.

Ao estranhamento do “esclarecimento do que é feminismo”, sucedeu-se a observação de outras categorias comuns a estas mulheres negras que apareceram nos momentos das entrevistas. Trabalho de base, organização em redes e fóruns, laços de

solidariedade, função educadora dos movimentos sociais foram conteúdos que nos fizeram relacionar à militância das mulheres negras entrevistadas a formação social dos movimentos negros, as diferentes estratégias dos movimentos sociais (negros ou gerais) em cada momento histórico e à resistência negra como ferramenta.

As entrevistadas estão há mais de quinze anos organizando sua resistência negra no MNU. Constroem vidas e militâncias a partir de territórios de morros e favelas do estado do Rio de Janeiro; são inseridas no mundo do trabalho por meio do Estado na prestação de serviços públicos universais majoritariamente para populações negras; criaram-se com pais e mães, filhos e filhas, netos e muitos outros parentes negros em laços de solidariedade nas situações de conflitos sociais e intrafamiliar.

É importante aqui fazermos a observação de que a pauta das mulheres negras nas primeiras entidades nacionais que perpetraram o debate racial no cenário brasileiro visava a inserção da mulher negra na ordem vigente, ou seja, a bandeira era para que as mulheres negras pudessem vivenciar aquilo que se era concebido como ser mulher, não se aproximando de uma reflexão concreta sobre a condição da mulher na sociedade brasileira. E é com as militantes do MNU que ocorre a mudança nesse cunho político da pauta da mulher negra. Elas, especialmente Gonzalez (2018), iniciaram o debate que não era somente o da inserção da mulher, mas o da ruptura com a condição de ser mulher e de qual era o lugar que a mulher negra deveria ocupar.

Essa nova concepção fez com essas mulheres pressionassem os movimentos sociais negro e feministas, em especial o MNU, a se posicionarem também na defesa dos direitos das mulheres, dando uma atenção às particularidades das mulheres negras. As militantes do MNU passaram a disputar os espaços de poder dentro das entidades, bem como os espaços políticos (Lélia Gonzalez foi candidata à deputada federal, sendo eleita por duas vezes como suplente: uma pelo PT e outra pelo PTB) e ainda exigiram que os movimentos feministas, em sua maioria centrados nas demandas das mulheres brancas, pautassem também as mulheres negras, cujas necessidades apresentavam muitos aspectos diferentes. Essa mobilização se constituiu como o embrião do feminismo negro e do movimento de mulheres negras no Brasil.

O Movimento Negro Unificado no Rio de Janeiro e a resistência das mulheres negras

O Estado do Rio de Janeiro, por sua posição geopolítica na colonização, urbanização e industrialização do Brasil, é cenário de imensas contradições que marcam o modo de vida e de sociabilidade de moradores, migrantes e turistas. Os atos massivos na Cinelândia, as marchas de Mulheres Negras, da Maconha e da Periferia, em diferentes locais da capital e no interior do Estado exemplificam as mobilizações recentes de movimentos sociais. Pensar essas atuações a partir de mulheres negras fluminenses com mais de 60 anos é deslocar-se da militância geral para pensar suas práticas.

Ao perguntar quando as entrevistadas haviam se filiado, ambas relataram que conheceram o MNU por meio da relação de militância com outra mulher negra, e recordam a necessidade de as pessoas negras se juntarem, "aquilombar-se" em torno de um projeto político e de vida. De acordo com Leninha: "com o processo de organização, a gente passou a militar no MNU e se empoderar enquanto Movimento Negro Unificado".

Na década de 1990 e anos 2000, o movimento negro no Brasil ainda enfrentava a necessidade de denunciar o "mito da democracia racial", o genocídio de crianças, adolescentes e adultos negros nas chacinas da Candelária, massacre do Carandiru, chacinas na Baixada Fluminense. De acordo com depoimento da militante Lourdes: "Nossa preocupação era a questão do racismo, do preconceito, obter visibilidade para pessoas negras. Eu lembro de alguns fatos assim".

Leninha confirma:

Uma das principais reivindicações era a questão da identidade, entendeu, de posse do seu corpo e da identidade. A gente sofria muita crítica sobre a questão de alisar o cabelo, da questão da relação com o homem branco, relações afetivas, e isso foi uma reivindicação. Houve uma mudança porque nós entendemos o que é a organização, entendemos o que é o movimento negro, começamos a entender e a aprender o que é o racismo e vimos que a mulher, mulher negra, ela a todo o momento sofre a questão do racismo, do preconceito do racismo e do feminicídio, e isso foi o nosso empoderamento na busca da mulher preta (Entrevista realizada para esta pesquisa).

A identidade negra é pensada a partir do conceito de raça: "construção social que reúne em si características físicas (percebidas culturalmente) e dados culturais" (FERNANDES; SOUZA, 2016, p.105), reivindicação do Movimento Negro Unificado

ao considerar, ainda na década de 1970, como negros os pretos e os que, antes, eram classificados como pardos. É atravessada por estruturas de poder de classe e gênero (GONZALEZ, 2018). As críticas sofridas revelam contradições às quais as mulheres negras estão submetidas e a indissociabilidade entre o “pessoal” e o “político” nas vivências cotidianas destas mulheres. O “empoderamento na busca da mulher preta”, “significa a autodefinição, a valorização e a recuperação da história e do legado cultural negro, traduzindo um posicionamento político de estar no mundo para exercer o papel de protagonista de um dever histórico comprometido com o enfrentamento do racismo” (CARDOSO, 2014, p.973).

A institucionalização dos movimentos negros e de suas agendas, a partir de 1988, com a Fundação Palmares, também colaborou para a participação das mulheres negras na formulação de políticas públicas e para seu “empoderamento na busca da mulher preta”. A *Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: Uma Política do SUS* (2007), da Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPPIR, expressa a “adoção de práticas capazes de aproximar os objetivos institucionais das necessidades das mulheres negras” (WERNECK, 2016, p.548).

Lélia Gonzalez aponta que as mulheres negras e indígenas são protagonistas na condução de seus destinos e deixam como legado “a experiência do enfrentamento do racismo e do sexismo, o que significa que a luta contra essas opressões apresenta um longo caminho já trilhado” (CARDOSO, 2014, p.982). Com esta afirmação, concorda Lourdes: “a gente tem que tá buscando política pública porque nós somos mulheres de resistência. Então, antes da gente, já tinha um grupo que já lutava pela resistência... então, nós viemos e depois nós vamos deixar um legado para juventude e mulheres, as mulheres negras” (Entrevista para esta pesquisa).

Os anos 2000 foram marcados pelas mudanças significativas da postura do Estado brasileiro, o qual coloca a luta pelas políticas públicas como marca na resistência e organização negra brasileira (SOARES, 2016). A participação popular, nos termos destes dispositivos legais, é essencial para compreender as necessidades dos grupos e sujeitos. Conselhos e fóruns são espaços da sociedade civil em diálogo com o Poder Público, em que os e as militantes de movimentos sociais e negros apontam suas

necessidades, empoderam-se, intervêm de forma institucional e produzem resistências.

As mulheres negras do MNU (entrevistadas) reivindicam em seus municípios políticas públicas gerais e específicas, em espaços nos quais os membros de diversos movimentos sociais, organizações não governamentais e agentes políticos se reúnem para dimensionar os planos nacionais e estaduais nos municípios e definir os e as sujeitas contemplados(as) pelas políticas. A população negra, como maioria populacional brasileira, é a maior destinatária das políticas de saúde, educação, moradia e outras. Os movimentos negros, nesses processos, disputam o sentido de “universal” das políticas, ao colocarem os negros e negras como seus principais beneficiários. Assim, para Leninha:

Ir pro Fórum de Mulheres, construir o Fórum de Mulheres Negras, ir pras conferências, ir pros debates, ir pros seminários nos trouxe muito subsídio e empoderamento e você consegue definir o feminicídio, você consegue definir a opressão a mulher preta, entendeu? A nossa juventude, né, buscar a questão educacional onde nós acabamos fazendo esse debate. Então hoje falar do feminicídio, falar da mulher, porque em hoje particularmente eu estou em duas instâncias. Eu estou no MNU e estou presidenta do Conselho da Mulher com a cadeira do MNU da sociedade civil, então eu não posso hoje falar da mulher e falar somente da mulher preta, eu tenho que entender, acompanhar, aprender e buscar as condições, no caso hoje, o extermínio das nossas mulheres. É evidente que no grau de extermínio, nós as mulheres pretas que somos as mais exterminadas, mas nós temos de ter o olhar geral. Na questão educacional, nós mulheres pretas temos menor educação e a gente tem que buscar como fazer esse paralelo, né? (Entrevista para esta pesquisa).

Em outro momento da entrevista, completa:

Porque quando eu falo para as mulheres, é pauta pra nós, pra periferia. Nós não temos uma pauta objetiva pras mulheres que tão na rua. Nós não temos uma pauta do MNU, não tem uma pauta de mulheres que trabalham, as mulheres que ganham um salário mínimo. Nós não temos uma pauta do MNU pras mulheres que não estão nas escolas, entendeu? Nós não temos uma pauta do MNU pras mulheres que estão na rua, entendeu, moradoras de rua. E não são somente Natasha, as moradoras de rua que estão num processo organizativo não, aquela mulher que tá na rua. Nós não temos uma pauta das mulheres que estão nas cadeias. Nós não temos uma pauta, nós não temos política porque a gente ainda tá fazendo uma política artificial, uma política por cima, uma política que eu posso falar porque estou dentro de um sindicato, que a Lourdes porque está dentro de uma organização do movimento, que você pode falar como é uma professora acadêmica, entendeu? A gente tá falando pra nós, pros nossos espaços, mas a gente não tem uma pauta...e isso eu sinto falta, entendeu? (Entrevista para esta pesquisa).

Neste e em outros momentos da entrevista, a militante destaca os espaços e as agendas de “mulheres” e de “mulheres negras”; distingue as opressões sofridas. Para entender e “falar da mulher”, é partir das mulheres não-brancas enquanto universais, considerando a maioria deste grupo da totalidade de mulheres e a radicalidade com a qual são atravessadas pelas estruturas de poder. A militância, nos espaços institucionais, dialoga com outras formas de resistência, como atos de rua, articulação em rede nos Fóruns Sociais Mundiais, como aponta Leninha, ao responder quais atos mais a marcaram:

Brasil Outros 500, que nós fomos pra Porto Seguro. O MNU teve uma participação muito expressiva e nós também enquanto organização, nessa época nos organizamos enquanto sindicato. Brasil Outros 500, os Fóruns Sociais Mundiais que aconteceram em Porto Alegre, quase todas as edições nós nos organizamos para estar. Os congressos do MNU, as ações dentro dos bairros, principalmente na Vila Operária. Nós fizemos vários atos, atividades de formação do MNU, então são inúmeros atos por dentro do movimento sindical, o empoderamento da mulher negra, enquanto mulher negra, a decisão enquanto reconhecimento do feminismo e a atuação, foram inúmeros atos. Eu só lamento que a gente nesses momentos a gente não se aperfeiçoou no sentido de ter hoje isso gravado, fotografado, porque foram muitas coisas, assim muitos atos muito importantes (Entrevista para esta pesquisa).

Em 2018, Leninha, duas das autoras deste artigo, e muitos e muitas companheiras do MNU, estivemos no Fórum Social Mundial de Salvador. Propusemos duas oficinas em que, com outras entidades e militantes de movimentos sociais e negros, discutimos o impacto da reforma para a maioria da população brasileira – negra -, a qual já se encontra distante de seus direitos, e a necessidade de investir em políticas públicas reparatórias simbólicas e monetárias para o povo negro, indígenas e seus descendentes. Do FSM, ativistas de todo o mundo acompanharam as notícias sobre a execução da vereadora negra Marielle Franco (PSOL/RJ), quando saía de uma atividade política em que discutiu vivências e resistências de mulheres negras.

O assassinato da defensora de direitos humanos comoveu e mobilizou pessoas em todo o mundo, inclusive para sair às ruas, celebrar sua memória e reivindicar justiça por sua morte. No dia seguinte ao assassinato, logo de manhã, pudemos chorar, nos abraçar e caminhar juntas em uma marcha na cidade de Salvador.

Os Congressos do MNU, desde sua primeira edição, também são espaços de formulação de política, “aquilombamento” socioafetivo de negros e negras, com momentos de integração com movimentos negros, sindicais e religioso, representantes do Poder Público, figuras públicas e mesmo militantes brancos ativos na luta antirracista. Assim:

(...) Uma coisa assim que foi muito importante, muito legal foi o que aconteceu agora no Congresso do MNU, no último Congresso, onde a gente faz uma discussão muito interessante, uma organização muito interessante e a gente consegue ir pro MNU com 31 delegados pra esse Congresso e utiliza a forma de chegar no MNU que foi pela TAM e lá nós ficamos. Então aquela experiência lá com mais de 30 mulheres, homens e mulheres, lá em Brasília, onde a gente sai do hotel referência do MNU que foi o Congresso e vai pra uma aldeia indígena então isso foi um marco na minha vida, porque você ter 30 e poucas mulheres que saíram de uma cama, de local com piscina e foram pro chão, dormir no chão, mas conquistamos lá uma experiência positiva porque não só nós negros que fomos sequestrados como os indígenas, os rótulos são sempre negativos. E lá naquela aldeia a gente conseguiu participar da aldeia indígena em si na sua organização, enquanto à noite quando a gente tava vendo as condições pra chegar, pra voltar, a noite tinha uma roda de fogueira onde o índio lá, o cacique ele contava umas histórias, depois ele fez lá um ritual ecumênico dele, então isso ficou gravado na história, né? E a gente precisa, nós precisamos hoje dentro do MNU fazer com que a gente coloque isso pra fora, entendeu? Não só com fotos, com documento que o MNU é uma entidade que ela é muito importante, muito importante mesmo (Entrevista para esta pesquisa).

A militante enfatiza a necessidade de o MNU, estendida aos movimentos sociais e negros, registrar e divulgar suas práticas “para fora”; de pensar as mulheres a partir das mulheres negras e de produzir registros e memórias que consigam educar o Movimento e cheguem à maioria da população.

Ao ser perguntada sobre o que é ser mulher negra no MNU, Leninha afirma:

Olha, pra ser mulher negra no MNU hoje é ser muito resistente. Você tem que ter um processo de resistência muito grande, porque o MNU hoje ele é muito opressor, oprime as mulheres e a opressão ela não vem somente por parte dos homens, homens e mulheres, principalmente quando é uma mulher que tenha posições e que tenha resoluções próprias, então o MNU hoje é isso. Hoje pra você ser uma mulher do MNU militante do MNU, militante, dirigente seja lá o que você seja, você tem que ter muita resistência e ter determinação, porque você tem uma pressão de ambos os lados, você tem uma pressão por parte dos homens e você tem uma pressão também por parte das mulheres (Entrevista para esta pesquisa).

Gonzalez (2018) já apontava para esta direção, ao destacar que as mulheres negras militantes discutiram “seu cotidiano marcado pela discriminação racial e pelo sexismo dos homens brancos e negros e, principalmente, reconheciam o sexismo dos últimos, devido ao “caráter mais acentuado do machismo negro, uma vez que este se articula com mecanismos compensatórios que são efeito direto da opressão racial” (CARDOSO, 2014, p.980). Mesmo em espaços e entidades que pautam a luta antirracista, são vivenciadas contradições de classe, gênero, geração e ideologias, em que as disputas políticas se operacionalizam por meio de opressões.

Mulheres Negras em Luta: nossos passos vêm de longe

A resistência negra enquanto processo de luta e organização negra existe desde à época da escravidão (MUNANGA; GOMES, 2016) pode ser localizada no enfrentamento à colonialidade, à colonização e ao genocídio (NASCIMENTO, 2017) continuado no regime escravista (1539-1888), pós-abolição(pós-1888) bem como recentemente, no enfrentamento à ditadura militar(1964-1985) e no processo de redemocratização posterior.

Os movimentos espontâneos de ocupação de terras disponíveis, as revoltas, as práticas de aborto e suicídio, as fugas, as organizações religiosas, os quilombos⁵ (MUNANGA; GOMES, 2016), a formação de sociedades secretas, as “escritas de si” de

⁵ Os quilombos, agrupamentos organizados de escravizados que se recusavam a viver sob a escravidão, são “experiência coletiva dos africanos e seus descendentes, uma estratégia de reação à escravidão, somada da constituição de outro segmento com os quais interagiram em cada país, notoriamente alguns povos indígenas.”(MUNANGA; GOMES, 2016,p.73)

pessoas escravizadas e as lutas pelo direito (SOUSA, 2017; SÁ, 2019) são exemplos de algumas das manifestações da resistência negra durante e após o período escravocrata.

A reivindicação de 20 de novembro, data da morte de Zumbi, último líder do Quilombo dos Palmares, por parte do Movimento Negro Unificado, na Marcha Zumbi dos Palmares, para marcar o sentido político das lutas por liberdade e contra o racismo e comemorar o Dia da Consciência Negra resgata outro forte e importante exemplo de resistência e coragem do povo negro (MUNANGA; GOMES, 2016).

Entre o final da década de 1970 e início da década de 1980, o cenário político do processo de redemocratização do Brasil marca o que Carneiro (2003) chama de enegrecer o feminismo. O MNU teve importante papel no agenciamento negro na Assembleia Constituinte (QUINTANS, 2015); formulação e acompanhamento de políticas públicas dos entes federativos; organização de atos político culturais; realização de trabalho de base em territórios. Ao longo desses anos, foi um dos protagonistas na luta pela formulação e implementação de políticas públicas para enfrentamento dessas e outras desigualdades sócio-raciais, tendo uma significativa participação nos debates para a elaboração do texto constitucional da Carta Magna de 1988.

Como parte do processo para elaboração da nova Constituição, o MNU organizou, em 1986, a Convenção Nacional do Negro, cujo tema foi “O Negro e a Constituinte”, com a participação de diversos coletivos negros filiados ou não ao MNU. Durante esse Congresso, foi feito um levantamento das principais pautas com redação de documento que subsidiaram, posteriormente, os constituintes. Destacamos a participação das militantes negras nesse processo; a atuação política de Lélia Gonzalez que apresentou propostas concretas para as mulheres, como a questão da licença maternidade e a descriminalização do aborto. Assim como Lélia, outras militantes como Helena Theodoro e Maria das Graças dos Santos participaram ativamente do processo da constituinte.

Infelizmente, essas e outras mulheres, por vezes, tiveram que enfrentar o machismo no próprio movimento negro. Um dos principais desafios era lidar com os estereótipos racistas, como, por exemplo, a figura da mulher negra raivosa. Essa imagem é utilizada de maneira recorrente para desqualificar o discurso das mulheres negras nos espaços políticos.

Como bem nos lembra Shirley Tate (2018), “A mulher negra raivosa vem, então, sendo construída pela branquidade como um prelúdio para o apagamento da crítica feminista negra”. (TATE, 2018, p.188). Segundo a autora, essa suposta raiva vista nas mulheres negras é importante como ferramenta analítica para descolonizar o saber, a atitude, o afeto, a prática e as construções anti-mulher negra do feminismo do(a) homem(mulher). É esse sentimento estigmatizado que, por vezes, é o diferencial na atuação política das mulheres negras. Por isso, é importante resgatar a atuação política das militantes do MNU nesse capítulo da história.

As militantes do MNU tiveram um papel fundamental em outros dois momentos históricos e singulares na construção e fortalecimento do Movimento de Mulheres Negras no Brasil: o I Encontro Nacional de Mulheres Negras – ENMN, em dezembro de 1988, no município de Valência, e a Marcha das Mulheres Negras, realizada em novembro de 2015, na capital federal. O primeiro ENMN foi um marco no ativismo das mulheres negras no Brasil, pois, pela primeira vez, apenas as militantes negras se reuniram entre pares para construir uma agenda de reivindicações para o estado brasileiro e a sociedade como um todo centrada nas demandas e especificidades das mulheres negras.

A Marcha Nacional das Mulheres Negras teve como lema “*Nossos passos vêm de Longe: uma sobe e puxa a outra*” e reuniu cerca de 50 mil mulheres em Brasília, em sua maioria negras, para reivindicar direitos e oportunidades iguais. Serviu como propulsora da reorganização e fortalecimento do Movimento de Mulheres Negras e do Feminismo Negro no país, o qual se fortalece em função da necessidade de dar centralidade às especificidades das mulheres negras. Acreditamos que as resistências negras produzidas por mulheres negras que se organizam no movimento negro e em outras entidades como igrejas, sindicatos, órgãos do Poder Público, fóruns locais e

globais e na formulação de políticas públicas são e devem ser reconhecidas como essenciais para a plena emancipação da população negra.

As mulheres negras ocupam, atualmente, os piores indicadores sociais. Em 2013, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea) (MARCONDES et al, 2013), o Brasil detinha 59.4 milhões de mulheres negras, o que corresponde a 51,8% da população feminina, e 27.7% da população brasileira total. Assim: “Em todo o país, as mulheres negras residem majoritariamente nas áreas urbanas, especialmente nas periferias e regiões mais precárias das cidades e representam o principal grupo em situação de pobreza”. (WERNECK; IRACI, 2017, p.11).

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2014 apontam que, entre os 10% das pessoas mais pobres no Brasil, 76% são negras. Segundo dados de 2015 do Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça, as mulheres negras são cerca de 55,6 milhões. Dessas, 41,1% são chefes de família e cerca de 58,2% recebem quase metade da renda das mulheres brancas. Segundo o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen) 2020, a cada três presas, duas são negras. Ao analisarmos os dados sobre feminicídios no Brasil, também percebemos que, a depender de toda legislação e ações de combate à violência contra a mulher, houve um aumento dos dados quando nos referimos a mulheres negras, ao passo que de mulheres brancas diminuiu. De acordo com o balanço do *Ligue 180* (2015), às mulheres negras são quase 60% das vítimas de violência doméstica, por exemplo.

Todos estes dados e reflexões apontam para uma necessidade, que também deve ser destacada como uma das principais contribuições de Lélia Gonzalez (1988a) para o movimento negro brasileiro: a importância próprio negro falar sobre si mesmo, ao reivindicar suas pautas. Assim, falar da atuação das mulheres negras nos movimentos sociais e espaços políticos foi e permanece sendo fundamental no processo de resistência e reivindicação de direitos para a população negra. Por isso, visibilizar e defender a atuação das militantes negras nos processos de mobilização social e construção de política pública, significa enfrentar o racismo, o machismo e o patriarcado.

Falar de resistência negra, movimentos negros e movimentos sociais é estar disposta a encarar de frente os temores e silenciamentos que permanecem e insistem

em nos afastar de saberes, belezas, relações de biointeração com a natureza, nossa identidade. A modernização trazida pela industrialização, aliada à política de genocídio, seguiu destruindo e espoliando saberes, corpos e territórios e situando as mulheres negras, de forma perversa, nas piores condições de vida e trabalho. Localizar as resistências negras nestes processos é dimensionar suas capacidades de disputa política, mobilização e produção de práticas contrárias e/ou apenas diferentes das que são cotidianamente impostas pela violência racial e gênero e às políticas de morte.

Por isso, reforçamos que a intersecção entre raça, gênero e classe é o principal componente da questão social brasileira e que, por isso é de suma importância encararmos o desafio do enfrentamento das desigualdades racial e de gênero, nos mais diversos espaços da sociedade, para alcançarmos um modelo societário mais equitativo e mais justo, principalmente em relação à distribuição de riquezas, condição indispensável para a superação dessas desigualdades.

Considerações finais

As entrevistas com duas mulheres negras com mais de 60 anos, militantes do MNU há pelo menos quinze anos, permitiram a observação de atravessamentos de raça, gênero e atuação política e verificação dos conteúdos por levantamento bibliográfico. Suas provocações são compartilhadas por outras mulheres negras militantes e escritoras e evidenciadas no trabalho, que situam este grupo entre pessoas mais vulneráveis à morte e à violência no país, em processos necropolíticos que incidem sobre seus corpos e vidas desde os processos de colonização e escravidão.

A transversalidade das lutas das mulheres negras no Brasil, como apontado pelas entrevistadas e na revisão bibliográfica, reforçam a necessidade de trazer o tema para o centro do debate político a denúncia do quanto a inserção social da população negra no Brasil sempre foi feita de forma excludente, especialmente para as mulheres negras.

A denúncia contra o racismo e o machismo (e a perpetuação do patriarcado - enquanto relação de dominação dos homens sobre as mulheres) - no estado brasileiro retoma o papel de militantes negras históricas como Lélia Gonzalez, Beatriz do Nascimento, Helena Teodoro, Maria das Graças, Luiza Bairros, dentre outras, que são

referência para muitas militantes, em que pese a pouca produção sobre estas e outras militantes do movimento negro.

Além disso, trabalhos como este dão visibilidade à produção intelectual de militantes do movimento negro, intelectuais que produziram dentro e fora da academia e deram um norte para a condução do movimento de mulheres e do feminismo negro no Brasil, numa perspectiva emancipatória que visava à transformação estrutural da realidade social das pessoas beneficiadas, mas que, ainda assim, é colocada à margem.

Assim, trazemos uma validação científica para o que empiricamente supomos a respeito da importância da atuação política das militantes do MNU nos processos de elaboração e implementação das políticas públicas, na formulação de um feminismo negro, o qual tem sido constantemente subjugado ao processo de invisibilização.

A história dos movimentos negros e da resistência negra no Brasil revela desafios, especialmente de manutenção da vida e de diálogo a partir de baixo, das pessoas negras em condição de exclusão total do que se entende como direitos. Permanece o ensinamento da continuidade da resistência, ao entender que, antes de nós, muitos e muitas já lutaram e precisamos criar condições de mundo para que haja porvir.

Referências

ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amilcar Araujo. Movimento negro e "democracia racial" no Brasil: entrevistas com lideranças do movimento negro. Rio de Janeiro: CPDOC, 2005. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/1504.pdf. Acesso em 20 jul 2021

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em Movimento. Revista de Estudos Avançados, São Paulo. v.17, n.49, 2003. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9948>. Acesso em 20 jul 2021.

CARDOSO, Cláudia Pons. Amefricanizando feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez. Estudos Feministas, Florianópolis, 22(3): 320, setembro-dezembro/2014, p.965-986. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/TJMLC74qwb37tnWV9JknbkK/?lang=pt>. Acesso em 20 jul 2021.

CRENSHAW, K.. Demarginalizing the intersection of race and sex; a black feminist critique of discrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. University of Chicago Legal Forum, 1989, p. 139-167. Disponível em: <https://chicagounbound.uchicago.edu/uclf/vol1989/iss1/8/>. Acesso em 20 jul 2021.

..... . Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero (L. Schneid, Trad.). Revista Estudos Feministas, 10(1), 2002, p. 171-188. Disponível: <https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/abstract/?lang=pt>. Acesso em 20 jul 2021.

DIÁRIO DE PETROPÓLIS. Diários nos bairros. Vila São José. Comunidade que surgiu de uma tragédia. Domingo, 31 de julho de 2011. Disponível em: <https://issuu.com/diariodepetropolis/docs/jornal31-07-11/9>. Acesso em 20 jul 2021.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. São Paulo: Atlas, 1999

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. Tempo Brasileiro nº 92/93(jan/jun). Rio de Janeiro 1988 p.69-82. Disponível em: <https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/a-categoria-polc3adtico-cultural-de-amefricanidade-elia-gonzales1.pdf> Acesso em 30 out 2019.

..... . Mulher negra na sociedade brasileira. In: CRUZ, Anette Goldberg Velasco e; LUZ, Madel T. O lugar da Mulher: estudos sobre a condição feminina na sociedade ideal. Rio de Janeiro: Graal, 1982

Por um feminismo afrolatinoamericano. In: GONZALEZ, L. Primavera para Rosas Negras. Org: UCPA 1. ed. Rio de Janeiro: Diáspora Negra, v. 1, 2018. Cap. 35, p. 307-320.

FERNANDES, Viviane Barboza; SOUZA, Maria Cecilia Cortez Christiano de. Identidade Negra entre exclusão e liberdade. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rieb/n63/0020-3874-rieb-63-0103.pdf>. Acesso em 10 jun 2019.

MARCONDES, Mariana et al. Dossiê Mulheres Negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil. Brasília: Ipea, 2013 Disponível em: http://ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_dossie_mulheres_negras.pdf. Acesso em 10 jul 2019.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. Arte & Ensaios | revista do ppgav/eba/ufRJ | n. 32 | dezembro, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufRJ.br/index.php/ae/article/view/8993>. Acesso em 21 jul 2021.

MNU. Estatuto do Movimento Negro Unificado. Disponível em: <https://movimentonegrounificadoba.files.wordpress.com/2013/10/estatuto-do-movimento-negro-unificado.pdf>. Acesso em 21 jul 2021.

MONICO, L. et al. A observação participante enquanto metodologia de investigação qualitativa. Atas - Investigação Qualitativa em Ciências Sociais, 2017. Disponível em <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2017/article/view/1447> Acesso em 21 jul 2021

NASCIMENTO, Abdias. O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado. São Paulo: Perspectiva, 2017.

NOGUEIRA, Oracy. Tanto preto quanto branco: estudos de relações raciais. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979

PEREIRA, Joseane. Griots: os contadores de histórias da África Antiga. Geledés. 23/03/2019. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/griots-os-contadores-de-historias-da-africa-antiga/>. Acesso em 21 jul 2021.

PETRÓPOLIS. Conselho Municipal de Cultura. Membros. 2019. Disponível em: <http://www.petropolis.rj.gov.br/ccm/index.php/conselhos/cmc-conselho-municipal-de-cultura/membros.html>. Acesso em 21 jul 2021.

QUINTANS, Mariana Trotta Dallalana. Classe, raça e gênero na luta por direitos do movimento negro. Revista InSURgência, Brasília, ano 1, v.1, n.1, jan./jun, 2015, p.72-100. Disponível em: periodicos.unb.br/index.php/insurgencia/article/view/18790. Acesso em 21 jul 2021.

SOUZA, Mário Luiz de. Racismo Como Instrumento Epistemológico e Político Para o Entendimento da Situação da População Negra na Sociedade Brasileira. Revista da ABPN, v. 6, n. 12 • nov. 2013–fev. 2014 • p. 06-19. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/175>. Acesso em 21 jul 2021.

SOARES, Iraneide da Silva. Caminhos, pegadas e memórias: uma história social do Movimento Negro Brasileiro. Universitas, Relações Internacionais, Brasília, v.14, n.1, jan/jul 2016. Disponível em: <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/relacoesinternacionais/article/view/368>. Acesso em 21 jul 2021.

TATE, Shirley Anne. Descolonizando a raiva: teoria feminista negra e a prática nas Universidades do Reino Unido. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón. (Org.). Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico. 2. ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2019

WERNECK, Jurema. Racismo institucional e saúde da população negra. Saude soc. 25 (3) • Jul-Set 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/bJdS7R46GV7PB3wV54qW7vm/?lang=pt>. Acesso em 20 jul 2021.

WERNECK, Jurema; IRACI, Nilza. A situação dos direitos humanos das mulheres negras no Brasil. Geledés; Crioula, 2017. Disponível em: <http://fopir.org.br/wp-content/uploads/2017/01/Dossie-Mulheres-Negras-.pdf>. Acesso em 21 jul 2021.

Natasha Karenina de Sousa Rego

Bacharela (UFPI) e mestre (UFSC) em Direito, especialista em Movimentos Sociais (UFRJ), doutoranda no Programa de Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí e professora de Direito Universidade Estadual do Piauí, campus Dra Josefina Demes.

Contribuição de autoria: ideia do artigo, revisão bibliográfica, escrita, revisão e edição do texto.

Aline Pereira da Costa

Licenciada em Pedagogia pela Universidade de Brasília. Mestra em Relações Étnico-Raciais(Cefet/RJ), especializou-se em Adolescência e Juventude pela Universidade Católica de Brasília. É servidora da Carreira Pública de Assistência Social do GDF e integra o Núcleo de Pesquisa e Estudo em História, Territorialidades e Movimentos Sociais da Universidade Estadual do Piauí

Contribuição de autoria: articulação da bibliografia com a empiria, correções e revisão da bibliográfica.

Cristiana dos Santos Luiz

Graduada em Serviço Social UnB, Especialista em História e Cultura Afro-brasileira UFG, Mestre em Política Social UNB, Doutoranda em Política Social UNB, Assistente Social efetiva da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do DF e Militante do Movimento Negro Unificado.

Contribuição de autoria: ideia do artigo, revisão bibliográfica, escrita, revisão e edição do texto.

Elaine Ferreira do Nascimento

Assistente Social e coordenadora adjunta da Fiocruz-Piauí. Professora do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas na Universidade Federal do Piauí.

Contribuição de autoria: leitura e revisão do texto.